

Laudo aponta preservação; parecer da prefeitura não avaliou árvores

Moara Semeghini/Correio da Manhã

Laudo independente aponta que exemplares da Praça do Coco estavam saudáveis

O professor Demóstenes Ferreira da Silva Filho, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP), responsável pelo parecer técnico citado pela Prefeitura de Campinas para justificar o corte de árvores na Praça do Coco, em Barão Geraldo, afirmou que sua análise não incluiu vistoria no local nem avaliação direta dos exemplares.

“Esse parecer foi elaborado somente tendo como base os laudos feitos anteriormente aos procedimentos executados na praça. Portanto, não analisei o que foi feito, mas somente os laudos dos técnicos. Quando fiz esse parecer eu não tinha o laudo do engenheiro florestal José Hamilton Aguirre e, portanto, esse parecer apenas corroborou o entendimento dos técnicos sobre a pertinência da substituição das árvores, não tendo a intenção de ser contrário ao estudo feito”, disse à reportagem.

A declaração ocorreu após a Prefeitura divulgar um material intitulado “Laudo da Esalq-USP”, utilizado para sustentar a necessidade da extração das árvores mas que, conforme o professor responsável, é um parecer técnico elaborado a partir de laudos anteriores, sem análise direta das árvores.

A reportagem solicitou acesso ao parecer ao professor, que afirmou não poder compartilhar o documento neste momento. O pedido também foi encaminhado à Prefeitura de Campinas, mas o material não foi enviado até o fechamento desta reportagem.

Laudo do Comdema/USP/Unesp e Unicamp aponta condições de preservação

Na contramão do parecer citado pela administração municipal, um laudo técnico elaborado por engenheiros agrônomos, florestais e ambientais ligados à USP, Unicamp, Unesp e ao Conselho Municipal do Meio Ambiente (Condema) concluiu que as árvores retiradas tinham condições de preservação.

O documento final foi protocolado nesta quarta-feira (5) na Prefeitura pelo engenheiro florestal José Hamilton de Aguirre Júnior, membro técnico do Condema, mestre em Agronomia e Arborização Urbana pela USP.

“Estamos protocolando o resultado final do laudo técnico elaborado em contraposição à documentação apresentada pela MB Engenharia (empresa terceirizada contratada pela Prefeitura). Utilizamos equipamentos de análise interna da madeira, e os resultados indicam que as árvores tinham resistência estrutural para permanência no local”, afirmou.

“Nós deixaremos registrado aqui na Prefeitura esse mau procedimento e tudo que está sendo reivindicado, que é a compensação ambiental. Para que isso não ocorra mais com a urbanização de Campinas”, declarou.

Segundo ele, o estudo utilizou duas metodologias independentes (uma conduzida por engenheiros e técnicos do Condema e da USP e outra por pesquisadores, professores e engenheiros da Unicamp)



Análises apontam que árvores da Praça do Coco tinham condições de preservação

com uso de equipamentos distintos, incluindo tecnologia nacional.

“As duas análises convergiram na possibilidade de preservação. Foi feita avaliação completa, incluindo critérios da norma ABNT 16246, com níveis 1, 2 e 3”, explicou.

Depoimentos: especialistas contestam risco estrutural

Pesquisadores que participaram da análise afirmam que não foram identificados indícios de risco que justificassem a retirada das árvores e fizeram declarações a respeito:

“Eu sou Ana Maria Lima, eu fui professora da ESALC de Piracicaba, Escola de Agronomia. Fui docente tanto da graduação quanto da próxima graduação. Minha especialização é Paisagismo e Arborização Urbana e participo da Câmara Técnica e estou aqui como campineira, como filha dessa terra aqui. Eu gostaria que a população se envolvesse, nos ajudasse a acabar com essa destruição que estão fazendo da arborização de Campinas. Eu sou do tempo do doutor Hermes Moreira de Sousa, fui estagiária dele. Onde tudo quanto era novidade, coisa diferente, se plantava em Campinas. Campinas era tida como uma das cidades mais bem arborizadas do Brasil e hoje está nessa situação lamentável que nós estamos vivendo. Então eu queria pedir, por favor, que as pessoas se envolvessem, deixassem de ser omissas e que nós precisamos mudar. Como tanta cidade brasileira está progredindo, nós estamos caminhando para trás”, afirmou.

“Eu sou Denise Gaspari, eu sou bióloga, eu tenho doutorado em Ecologia e especialização em Restauração Florestal e Ecológica. Faço parte do Condema da Câmara Técnica de Arborização Urbana. Espero que a gente faça o nosso trabalho da melhor forma para mostrar a seriedade que a arborização urbana de Campinas tem que ser tratada e não da forma que está sendo conduzida, com prejuízos para toda a população. Obrigada”.

“Meu nome é Raquel Gonçalves, eu sou docente da Unicamp e também represento a Unicamp no Condema e na Comissão Técnica de Arborização. E nós realizamos essa análise utilizando um equipamento desen-

volvido na Unicamp e que mostrou os resultados muito próximos do equipamento que eles usaram também. E nós constatamos que é necessário, antes de dizimar as árvores, que a gente tenha certeza de que aquele exemplar necessita ser retirado”, afirmou.

“Ninguém aqui é irresponsável, a gente sabe do risco que se corre quando a gente deixa um exemplar arbóreo que não pode ser deixado porque está em risco de queda. Mas também é necessário que se faça isso de forma mais cautelosa, mais responsável e de maneira mais ética. Então é isso que a gente está pedindo aqui, que a gente tenha esse cuidado com as árvores”, disse Raquel Gonçalves.

“Eu sou Stella Palma, doutora de engenharia agrícola, bióloga, engenheira e doutora de engenharia agrícola. Eu acompanho o grupo de pesquisa da Raquel Gonçalves, junto com outros alunos, e eu estive aqui fazendo análise também da árvore, que foi essa que a Raquel comentou, que nós não tivemos indícios de que ela iria cair. Não existe esse indício, então não tinha o porquê cortar”, afirmou.

“É importante também o que a Raquel falou, que o equipamento foi desenvolvido na Unicamp. Então eu repito o mesmo que eu repeti aqui outro dia. É ciência nossa, é ciência brasileira, é ciência aqui da nossa terra, está deixando de lado para fazer uma barbaridade como essa”, disse Palma.

“Então, para deixar claro, nós fizemos um contralaudo de mais de 60 páginas, demonstrando que esta árvore que ainda está aqui não deve ser cortada. Então nós estamos nos opondo ao laudo apresentado pela empresa e nós estamos mostrando também que não deveria ter sido cortada aquela árvore, aquela figueira, aquele ficus benjamina, que ela não apresentava risco à população. E nós queremos reparação desse dano das outras árvores também, que foram podadas para o corte dessa árvore”, disse o Ivan Andre Alvarez, graduado em engenharia agrônoma pela UNESP, doutor em Agronomia pela ESALQ/USP e membro do Comdema.

“E nós queremos que aqui seja feito algo exemplar para Campinas, que isso nunca mais aconteça. Que a gente respeite a técni-

ca, a boa prática da arborização urbana e que a gente possa de fato preservar as árvores e nosso patrimônio tão importante, principalmente nesses tempos terríveis de mudanças climáticas”, disse ele.

Parecer simples

No último sábado (3), dezenas de manifestantes se reuniram em volta do que restou de uma das árvores extraídas na Praça do Coco. Na ocasião, Hamilton comentou sobre o parecer técnico divulgado pela Prefeitura. “Chama a atenção pela forma que foi aprovado. Tivemos acesso ao laudo e é um laudo muito simples - que não deveria ser chamado de laudo -, é um documento de uma página bem superficial que fala de uma situação de risco iminente e que as plantas estavam secas... Nós, como técnicos, não consideramos isso um laudo”, afirmou Aguirre Júnior.

Prefeitura mantém posição

Em material divulgado neste domingo, a Prefeitura afirmou que o parecer da Esalq-USP confirmou a necessidade de extração, citando riscos estruturais, biodeterioração e possibilidade de queda das árvores.

Segundo o documento, os exemplares apresentavam fragilidade, galhos secos e comprometimento da base, além de interferência com rede elétrica.

A administração municipal afirmou que a decisão foi tomada com base em critérios técnicos e destacou que é sua responsabilidade evitar acidentes provocados por quedas de árvores.

Também informou que novas mudas serão plantadas no local.

Caso pode ir ao Ministério Público

O laudo independente, com mais de 60 páginas, será analisado pelo Condema e pode ser encaminhado ao Ministério Público.

A divergência entre os estudos amplia o debate sobre critérios técnicos, transparência e fiscalização na gestão da arborização urbana em Campinas, especialmente em áreas públicas de grande circulação e valor histórico.